



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA,
MANAGING PARTNER NA VDA-VIEIRA DE ALMEIDA
MANAGING PARTNER AT VDA-VIEIRA DE ALMEIDA

DA PRIMAVERA ÁRABE AO OUTONO OCIDENTAL

FROM THE ARAB SPRING TO THE WESTERN AUTUMN

Uma sondagem recente revela que apenas 32.6% dos portugueses acreditam na Justiça, sendo que cerca de 40% estão desconfiados (acreditam “mais ou menos”, um estado de alma de difícil interpretação, mas que não augura nada de bom).

A falta de confiança na Justiça não é fenómeno novo, nem é único em Portugal, mas tem vindo a assumir proporções preocupantes e é, hoje, um tema central na batalha que já começou pela defesa da democracia representativa, acossada por populismos de esquerda e de direita e pelo recrudescimento das autocracias, assentes nas angústias (legítimas ou não) potenciadas pelos ‘social media’.

É irónico que o acesso generalizado e livre à informação, viabilizado pela digitalização e pela globalização, e que constitui um pilar distintivo essencial dos regimes democráticos – crucial para a afirmação da sua superioridade moral, económica e militar ao longo da história –, esteja hoje a contribuir para a erosão da credibilidade desses mesmos regimes.

Depois de um período em que a internet albergou e alimentou a aspiração de milhões a uma vida em liberdade (veja-se a “Primavera Árabe”), e alargou exponencialmente o espaço de participação dos cidadãos na vida pública, parece claro que as plataformas digitais se transformaram em veículos que, além da esperança, carregam consigo o potencial de destruição do processo democrático.

Esse perigo emerge de inúmeras frentes. Do gigantismo das tecnológicas e da falta de transparência e responsabilização na sua atuação, monitorizada essencialmente por processos internos dificilmente sindicáveis. Bem como da corrupção dessas plataformas por estados e por utilizadores dedicados a atividades ilícitas, de divulgação de notícias falsas com o objetivo de influenciar direta ou indiretamente o processo político. Ou, ainda, da utilização ilegal de dados com o objetivo de condicionar decisões dos eleitores ou de pressionar as decisões dos políticos. E, claro, do próprio facto de as democracias, ao contrário dos regimes totalitários, não exercerem por natureza controlo da

Arecent survey shows that only 32.6% of people in Portugal have faith in the country's system of justice and around 40% feel suspicious (they “more or less” believe in it, a state of mind that is difficult to grasp but which surely does not bode well). Lack of trust in the legal system is nothing new, nor is it exclusive to Portugal, but it has taken on worrying proportions and is currently a major issue in the battle that has already been joined in the defence of representative democracy, which is under attack by both left- and right-wing populism and the resurgence of autocracies, based on concerns (legitimate or not) that are enhanced by social media. It is ironic that the widespread and free access to information that is today facilitated by both digitisation and globalisation, and which has long formed an essential and distinctive pillar of democratic regimes – proving crucial in establishing their moral, economic and military superiority throughout history – is currently eroding the credibility of these very same regimes. After a period during which the Internet harboured and fuelled the aspirations of millions for a life in freedom (as in the Arab Spring) and exponentially expanded the space where citizens could participate in public life, it now seems clear that digital platforms have become vehicles that bring, as well as hope, the potential to destroy the democratic process. The danger exists on many fronts: in the giant scale of technology and the lack of transparency and accountability regarding its sphere of action, which is monitored essentially by internal processes that are very opaque; in the corruption of these platforms by states and users engaged in illegal activities and the dissemination of fake news, with the aim of directly or indirectly influencing the political process; and also in the illegal use of data to influence voters or politicians and their decisions. And, of course, there is the very fact that democracies, unlike totalitarian regimes, do not by their very nature control information or have complete access to it. It is an uneven war.

informação ou do acesso à mesma. É uma guerra desigual. A eficácia destas atividades ilegítimas depende, essencialmente, da credulidade – e do medo e do desespero – dos muitos que encontram na rede o eco que valida os seus receios, desconfianças e raiva, naturais supressores do senso comum e propagadores de visões enviesadas da realidade. É na exploração desse défice, nesse espaço de manipulação onde factos são criados e a verdade tem diferentes interpretações, que hoje se cozinha a morte lenta das democracias.

É claro que parte relevante do combustível que alimenta esta batalha resulta da tensão social acumulada no mundo ocidental. Ao mesmo tempo que se atingem índices de bem estar sem precedentes – na criação de riqueza, acesso à educação e à saúde, por exemplo – cava-se um obsceno fosso entre os mais ricos e os mais pobres, enquanto a classe média se mantém sufocada em impostos e dívida, fragilizada pelos impactos de sucessivas crises e em défice permanente face à vida de sonho prometida no Instagram. Os media tradicionais, com honrosas exceções, renderam-se e exploraram hoje as suas parcas hipóteses de sustentabilidade na adesão à narrativa catastrófica e ‘voyeurista’ divulgada na “nuvem”, enquanto os líderes de opinião promovem em muitos casos a visão justicialista, maniqueísta e conspirativa que fomenta a polarização social em que o populismo floresce e os ratings de audiência disparam.

Neste ambiente de realidade virtual e aumentada, as opiniões transformaram-se em dogmas assentes na superficialidade e ignorância que cabem no espaço de um ‘tweet’ ou de um ‘whatsapp’, isentos de contraditório e imunes a tudo.

E contudo, como quase sempre, as coisas são mais complexas do que parecem e mereceriam um olhar diferente.

É inegável que está muito por fazer para trazer a Justiça para os padrões exigíveis numa democracia europeia do século XXI e que, como cidadãos, temos obrigação de exigir nada menos do que isso. E é verdade que faltam reformas fundamentais, desde o acesso à eficiência do processo, da previsibilidade e consistência das decisões ao tema do segredo, do funcionamento e meios dos tribunais às enormes resistências corporativas à mudança, entre outros.

Mas há uma história por contar que, por não servir para saciar a fome de escândalos, nunca ouvimos. Porque que a Justiça não se resume aos quatro ou cinco megaprocessos que a turba espera culminem nas fogueiras públicas do nosso contentamento.

É a história da queda sistemática dos processos pendentes nos tribunais judiciais, desde 2012; da “democratização” da justiça criminal no que toca à transversalidade dos condenados por grau de instrução; de um crescente escrutínio sobre os juízes e o ministério público; da esperada revisão do estatuto dos advogados, prenunciando o princípio do fim do corporativismo que aflige a profissão; ou da anunciada revisão do modelo da instrução nos processos crime, por exemplo.

É em pequenos e grande passos destes e, quem sabe, na résia de esperança que sobra nos 40% de desconfiados, que está o caminho estreito para reafirmar a credibilidade da Justiça. Claro que, para tal, políticos, comentadores e os profissionais do setor teriam que agir rápida e responsávelmente.

E isso parece ser mais difícil do que qualquer reforma... ●

The effectiveness of illegitimate activities depends, essentially, on the credulity – and fear and despair – of many people who online see their fears, suspicions and anger echoed and validated, resulting in the natural suppression of common sense and disseminating biased visions of reality. It is by taking advantage of this deficit, in this space of manipulation where facts are created and the truth has various interpretations, that the slow death of democracies is prepared.

It is clear that a large part of the fuel that feeds this raging battle is the result of accumulated social tensions in Western countries. And while unprecedented levels of well-being have been achieved – in terms of wealth creation and access to education and health, for example – an obscene gap has opened up between the richest and the poorest, while the middle class is suffocated by taxation and debt, weakened by the impacts of successive crises and constantly falling short of the dream life that is promised on Instagram.

Traditional media outlets, with some notable exceptions, have surrendered and are today exploiting their meagre hopes of sustainability by joining in this catastrophic and voyeuristic narrative disseminated in the “cloud”, while opinion leaders in many cases promote a legalistic, Manichean and conspiratorial vision that fosters social polarisation, with populism flourishing and audience ratings soaring. Against this backdrop of augmented virtual reality, opinions have become dogmas, based on superficiality and ignorance, which can fit into a tweet or Whatsapp message, free from contradiction and immune to everything.

And yet, as is almost always the case, things are more complex than they seem and should be viewed from a different angle. It is undeniable that there is still much to be done in order to bring the justice system up to the standards required in a European democracy in the 21st century, and as citizens we have the duty to demand nothing less. It is also true that fundamental reforms are lacking, in areas that range from access to efficient proceedings, through the predictability and consistency of decisions, to the issue of secrecy, from the functioning and resources of courts to the huge resistance to change on the part of those involved, among other areas.

But there is a story that remains to be told and which, because it does not satisfy the hunger for scandals, we never hear. Because justice is not just about the four or five mega cases that the mob hopes will culminate in public burnings to general satisfaction. There has been, for example, a systematic drop in the number of cases pending in the courts since 2012; the “democratisation” of criminal justice, with people being convicted or not independent of their level of education; the growing scrutiny of judges and public prosecutors; the expected amendment of the legal status of lawyers, promising the beginning of the end of the vested interests that characterise this profession; or the plans to amend the model of the instruction phase in criminal cases.

It is in steps such as these, large and small, and perhaps in the glimmer of hope offered by the 40% who are merely suspicious of the system that the narrow path lies towards re-establishing the credibility of justice. Of course, to make this happen politicians, commentators and legal professionals would obviously have to act quickly and responsibly. And that appears to be more difficult than any reform... ●